

RELATÓRIO ANUAL

CONFLITOS DA MINERAÇÃO NO BRASIL 2020



COMITÊ NACIONAL EM
DEFESA DOS TERRITÓRIOS
FRENTE À MINERAÇÃO



Observatório dos
Conflitos da Mineração
no Brasil

CONFLITOS DA MINERAÇÃO NO BRASIL 2020

EXPEDIENTE

Conflitos da Mineração no Brasil 2020: Relatório Anual, publicação do Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração, no âmbito do Observatório dos Conflitos da Mineração no Brasil.

Brasil, Agosto de 2021

COMITÊ NACIONAL EM DEFESA DOS TERRITÓRIOS FRENTE À MINERAÇÃO

Secretaria Operativa:

INESC Instituto de Estudos Socioeconômicos

FASE Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

IBASE Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas Igrejas e Mineração

JnT Rede Justiça nos Trilhos

MAM Movimento pela Soberania Popular na Mineração

PoEMAS Grupo de Pesquisa e Extensão Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade

 <http://emdefesadosterritorios.org/>

 [@Comiteminerao](https://twitter.com/Comiteminerao)

 [@em_defesa_dos_territorios](https://www.instagram.com/em_defesa_dos_territorios)

 [@emdefesadosterritorios](https://www.facebook.com/emdefesadosterritorios)



Índice

Destaques dos Conflitos da Mineração 2020	4
Sobre o Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração	6
Sobre a criação do Mapa dos Conflitos da Mineração	6
Principais Resultados do Monitoramento 2020	7
Dados Gerais e Distribuição Espacial dos Conflitos	7
Violadores, Empresas Causadoras e Extração Ilegal	8
Grupos Atingidos e Reações	9
Conflitos com Indígenas	10
Conflitos com Quilombolas	10
Outros Grupos Sociais do Campo	11
Conflitos Urbanos	12
Tipos de Violências Sofridas	13
Atuação do Poder Público	14

Destaques dos Conflitos da Mineração 2020

O Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração lança o *Mapa dos Conflitos da Mineração no Brasil* para monitorar as violações cometidas anualmente pelo setor — site: www.conflitosdamineracao.org

Em 2020, foram 722 casos e 823 ocorrências de conflito, envolvendo ao menos 1.088.012 pessoas.

Dos 25 estados com registros, os que mais concentraram localidades em conflito foram Minas Gerais (45,8%), Pará (14,9%) e Bahia (9,8%). Em número de pessoas atingidas por estado, Minas Gerais aparece concentrando 75% do número total de pessoas atingidas, seguido de Alagoas (6,6%), Pará (4,8%) e Roraima (4,3%).

O Bioma com o maior número de registros foi a Mata Atlântica com 53,7%, seguido da Amazônia (23,7%), Caatinga (10,4%) e Cerrado (10,2%).

Dos 853 municípios de Minas Gerais, foram mapeados conflitos em 121 (14,1%), sendo Brumadinho o que mais concentrou casos, com 27 situações de conflito, totalizando 40 ocorrências, majoritariamente por conta do processo de reparação do desastre da barragem da Vale, em 2019.

Os conflitos em relação a “Terra” e “Água” foram os que mais se destacaram, com 384 e 319 ocorrências, respectivamente.

Foram mapeadas 144 empresas envolvidas em conflitos em 564 localidades. A Vale S.A. é a empresa que mais concentra conflitos (38,9%), congregando a Vale S.A. (110 conflitos) e sua subsidiária Samarco/Vale/BHP (109 conflitos).

As extrações ilegais de minérios, em particular os garimpos, provocaram 149 ocorrências em 130 localidades em 19 estados, com destaque para o Pará (42,2%), Mato Grosso (12,7%) e Minas Gerais (8,0%). Além disso, os indígenas foram os grupos mais violados por essa atividade em 31 localidades (23,8%), com 49 ocorrências (32,8%).

Ocorrências de violências extremas foram: “Trabalho escravo” 10 ocorrências, com 144 pessoas escravizadas; “Ameaça de morte” 5 ocorrências; “Assassinato” 2 ocorrências, com 3 vítimas; “Ameaça”, “Cárcere privado” e “Violência física” 1 ocorrência cada; e ações de “Remoções” 26 ocorrências envolvendo 57.662 pessoas. Também foram contabilizadas 27 mortes de trabalhadores do setor.

As categorias que mais foram atingidas pela mineração foram: “Pequenos proprietários rurais” (14,8%), “Trabalhadores” (12,2%), “Ribeirinhos” (10%) e “Indígenas” (9,7%).

Foram mapeadas 121 reações diretas às violações, concentradas em Minas Gerais (55), Pará (25) e Bahia (16). Em Brumadinho houve, em média, mais de um protesto por mês (14). Pequenos proprietários rurais (26 ocorrências) e indígenas (21 ocorrências) foram as categorias que mais reagiram com ações de resistência.

Ao menos 112.718 indígenas estavam envolvidos em conflitos, sendo 58,7% deles com garimpeiros.

Os quilombolas sofreram violações em 43 conflitos e 47 ocorrências, englobando ao menos 20.800 pessoas.

Conflitos em área urbana contabilizaram 74 localidades (10,2% de todos os conflitos), totalizando 93 ocorrências e ao menos 104.143 pessoas envolvidas.

Sobre o Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração

O Comitê é uma articulação da sociedade civil formada por mais de 100 organizações, movimentos sociais, igrejas e pesquisadores, em atividade desde 2013. É uma das principais iniciativas nacionais que se organizam politicamente em defesa dos atingidos pela mineração e de seus territórios. Atua na formação, mobilização, articulação política, produção de materiais e comunicação sobre a política mineral brasileira.

Sobre a criação do Mapa dos Conflitos da Mineração

O Comitê Nacional em Defesa dos Território Frente à Mineração, no âmbito do Observatório dos Conflitos da Mineração no Brasil, tem o **Mapa dos Conflitos** como uma de suas iniciativas de **denúncia do modelo mineral brasileiro**, sobretudo no contexto atual de desregulamentação das políticas ambientais, de proposta de abertura de novas áreas para mineração e de incentivo ao garimpo de forma institucionalizada. As consequências são a aceleração do problema mineral e a fragilidade da fiscalização e do licenciamento ambiental, gerando conflitos e desastres, como os do Rio Paraopeba (Vale/Rio Paraopeba), do Rio Doce (Samarco/Vale/BHP) e de Maceió (Braskem), que ganharam visibilidade frente aos danos produzidos e às resistências encontradas.

O Mapa dos Conflitos tem o **objetivo de visibilizar, sistematizar e monitorar as violações** cometidas, sistematicamente, pelo setor mineral brasileiro nos **meios urbano e rural**. O mapeamento incluiu empresas mineradoras e de transformação mineral (nacionais e internacionais), assim como garimpos legais e ilegais.

No âmbito do monitoramento, o Observatório organiza um **banco de dados, atualizado anualmente**, a partir do levantamento sistemático de **dados secundários** em fontes como registros de jornais de circulação nacional e regional, portais de notícias, redes sociais, mídia independente e material dos movimentos sociais, somadas às ocorrências tabuladas anualmente pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) para os conflitos da mineração no campo.

O Observatório busca ser uma ferramenta que, ao longo do tempo, produzirá informações que permitirão monitorar e analisar, no médio e longo prazo, a variação temporal dos conflitos e do comportamento das diferentes empresas dos setores, articulando-a com fatores políticos e econômicos nacionais e globais que influenciam a política mineral. O mapeamento permitirá ainda identificar a distribuição espacial dos conflitos e as diferentes disputas pela apropriação da natureza, assim como os efeitos sobre as comunidades atingidas.

Principais Resultados do Monitoramento 2020:

Destacamos nas próximas páginas os principais resultados obtidos a partir do monitoramento dos conflitos envolvendo o setor da mineração no Brasil em 2020. Os dados brutos encontram-se disponíveis na plataforma do site www.conflitosdamineracao.org, onde as localidades envolvidas podem ser visualizadas individualmente no Mapa dos Conflitos da Mineração.

Dados Gerais e Distribuição Espacial dos Conflitos

A partir do mapeamento dos conflitos [1] no ano de 2020, foram classificados **722 casos** dispersos pela quase totalidade dos estados brasileiros, contabilizando **823 ocorrências de conflito e o envolvimento de ao menos 1.088.012 pessoas**. Dentre os 26 estados mais o Distrito Federal, que compõem as 27 unidades federativas, foram cadastrados conflitos em 25 deles, excluindo somente o Distrito Federal e o Piauí. A ausência de ambos nos dados de 2020 não significa que não haja conflito referente à mineração nesses estados, mas somente indicam que, caso existam conflitos, não foi possível mapeá-los com os dados secundários públicos ao longo do ano de 2020.

Os minérios mais comuns enquanto causa dos conflitos foram minério de ferro, em 42,7% das ocorrências, e ouro, em 15,5%.

Já o Bioma com o maior número de registro foi a Mata Atlântica com 53,7%, seguido da Amazônia (23,7%), Caatinga (10,4%), Cerrado (10,2%), Pampas (1,8%) e Pantanal (0,1%).

Os estados que mais concentraram localidades em conflito foram Minas Gerais, Pará e Bahia. Somente Minas Gerais corresponde a 45,8% dos casos, seguido por Pará (14,9%) e Bahia (9,8%). Dos 853 municípios de Minas Gerais, foram mapeados conflitos em 121 deles em 2020, correspondendo a 14,1% dos municípios estaduais.

No que se refere à relação número de pessoas atingidas e estados, Minas Gerais aparece em primeiro lugar, concentrando 75% do número total de pessoas atingidas. Em segundo lugar, encontra-se Alagoas, com 6,6%, seguido do Pará (4,8%) e Roraima (4,3%). Ainda assim, deve-se ressaltar que os dados são bastante subestimados por conta da dificuldade de adquirir informações sobre o número de afetados pela mineração.

Em todo o país, **Brumadinho foi o município que mais concentrou conflitos em 2020**, com 27 situações de conflito, totalizando 40 ocorrências, centrados, majoritariamente, na empresa Vale S.A. e no processo de reparação após o rompimento da barragem B1 da empresa em 25 de janeiro de 2019. Nesse sentido, em Brumadinho, o tipo de violência que mais se destacou foi o “Não cumprimento dos procedimentos legais”, e o tipo de conflito mais recorrente foi “Terra”, seguido por “Água”.

O número de manifestações públicas mapeadas em Brumadinho, seja através de protestos ou carta pública, foi de 14 durante o ano de 2020. Esse valor representa mais de um protesto por mês no município, 13 envolvendo a empresa Vale S.A. e 1 relacionado à empresa Mineração Geral do Brasil (MGB).

No âmbito geral, **os conflitos em relação a “Terra” e “Água” foram os que mais se destacaram**, com 384 e 319 ocorrências de conflito, respectivamente. Ambos corresponderam a 33,6% e 27,9% das categorias de conflito. “Jurídico” ocupou a terceira posição, com 11,3%, seguido por “Saúde” (9,7%), “Trabalho” (8,9%) e “Minério” (8,3%).

Violadores, Empresas Causadoras e Extração Ilegal

No que diz respeito à categoria “Violadores - quem causou a ação”, no total das 823 ocorrências de conflito, “**Mineradora Internacional**” ocupa a primeira posição da categoria, com **48,7%**, seguida por “**Mineradora**” (23,8%) e “**Extração ilegal**” (19,4%).

A primeira posição referente à nacionalidade das empresas internacionais ficou com a Austrália (esse é o país sede da BHP Billiton, que junto com a Vale formam a joint venture Samarco, empresa que está em segundo lugar na lista das empresas violadoras). Logo em seguida, encontram-se Reino Unido, Canadá, Noruega, Luxemburgo, Bélgica e China.

Em 2020, identificou-se 144 empresas envolvidas em conflitos em 564 localidades. **As cinco empresas que aglutinam o maior número de localidades em conflito são: Vale S.A. (110 conflitos), Samarco/Vale/BHP (109 conflitos), Anglo American (29 conflitos), Hydro (17 conflitos) e Mineração Curimbaba (16 conflitos)**. Se formos considerar todas as ocorrências decorrentes dos conflitos, a Vale S.A. estava presente em 146 ocorrências e a Samarco/Vale/BHP, em 123. Ou seja, podemos concluir que a **Vale S.A., também dona da Samarco, estava envolvida em 38,9% dos conflitos no Brasil**.

As extrações ilegais de minérios provocaram 149 ocorrências em 130 localidades. Os garimpos ilegais corresponderam a 122 ocorrências e a mineração ilegal, a 27 ocorrências. Ainda que presentes em 19 unidades da federação, 63 ocorrências (42,2%) ocorreram no Pará, 19, no Mato Grosso (12,7%) e 12, em Minas Gerais (8,0%). Indígenas foram os grupos mais violados por essa atividade, em 31 (23,8%) e 49 ocorrências (32,8%).

Em relação ao tipo de objeto do conflito, entre as 823 ocorrências de conflito, **“Barragem” apareceu no primeiro lugar, com 30% dos casos, e “Mina”, em segundo, com 22,6%.** O Garimpo ilegal ocupou a terceira posição, com 15,6%. Os conflitos com “Barragem” envolveram 14 empresas, das quais a Samarco/Vale/BHP ocupa a primeira posição, com 42,3% das ocorrências de conflitos específicos de “Barragem”, e a Vale S.A., a segunda, com 36,6%. **As duas juntas representam quase 80% dos conflitos por “Barragem” no ano de 2020.** Já a categoria “Mina” abrange 74 empresas, estando a Vale S.A. na primeira posição, com 12,3% das ocorrências de conflito em relação a “Mina”, seguida da Braskem (8,6%) e da Samarco/Vale/BHP (8,6%).

Grupos Atingidos e Reações

Em 2020, entre as 823 ocorrências de conflito, a **“categoria que sofreu a ação”** teve como quatro atores mais relevantes os **“pequenos proprietários rurais”, com 14,8%; “Trabalhadores”, com 12,2%; “Ribeirinhos”, com 10,0%; e “Indígenas”, com 9,7%.** A atribuição do segundo lugar aos trabalhadores, em 2020, deve-se a acidentes, mortes e conflitos em relação à segurança dos trabalhadores frente à pandemia de Covid-19.

Em 2020, foram mapeadas 121 reações diretas às violações, que envolveram manifestações, cartas públicas, bloqueio de via, ocupação etc. Os estados que reuniram o maior número de conflitos e ocuparam as primeiras posições foram Minas Gerais, Pará e Bahia. **Minas Gerais concentrou 55 reações (45,5%), Pará, 25 (20,7%) e Bahia, 16 (13,2%).**

As reações tinham o objetivo de contestar as violações das empresas (104 ocorrências) e dos garimpos ilegais (18 ocorrências). **As empresas que concentraram mais reações foram Vale S.A. (42 ocorrências), Samarco/Vale/BHP (13 ocorrências) e Braskem (6 ocorrências).**

Já as categorias que mais sofreram com a ação das empresas e dos garimpos, e realizaram ações de reação, foram: **“Pequenos proprietários rurais” (26 ocorrências) e “Indígenas” (21 ocorrências)**. Os indígenas organizaram mais reações contra os garimpos (12 ocorrências) e, em seguida, contra as empresas (7 ocorrências).

Conflitos com Indígenas

No mapeamento de 2020, indígenas do Pará, Roraima, Espírito Santos, Amazonas, Acre, Mato Grosso, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Rondônia e Amapá encontravam-se em conflito com o garimpo ilegal e/ou com empresas mineradoras, totalizando ao menos **112.718 indígenas. Ocorrências de conflito com o “Garimpo” correspondem a 58,7% do total. Ele é seguido por “Mineradora Internacional” (23,7%), “Mineradora” (12,5%), “Indígenas” (3,7%) e “Estado” (1,2%)**. Das 80 ocorrências de conflito relacionadas aos indígenas, somente o estado do Pará deteve 53,75%, seguido por Amazonas (13,75%) e Roraima (11,25%).

As empresas em conflito são Vale S.A. (PA e MG), Samarco/Vale/BHP (ES), Chapleau Exploração Mineral Ltda (PA), Copelmi Mineração (RS), Belo Sun (PA), Potássio Brasil (AM) e Buritirama Mineração (PA). Além das empresas, os indígenas da Terra Indígena Alto Rio Negro estão em conflito com as Forças Armadas do Amazonas, que exploram granito, usado na reforma da pista do aeroporto militar de Iauaretê, sem autorização da Agência Nacional de Mineração (ANM) [2].

Conflitos com Quilombolas

Outro grupo relevante são os Quilombolas, que estiveram em 43 conflitos, totalizando 47 ocorrências, e englobando ao menos 20.800 pessoas. Em 2020, os conflitos entre quilombolas e empresas estavam presentes em sete estados: Bahia, Minas Gerais, Pará, Maranhão, Alagoas, Goiás e Mato Grosso. Com Bahia concentrando 37,2% dos conflitos, seguido de Minas Gerais (30,2%) e Pará (20,9%).

Ao menos 14 empresas estavam envolvidas em conflitos com quilombolas. As cinco primeiras eram Lipari Mineração Ltda (27,9%), Vale S.A. (20,9%), Hydro (13,9%), Anglo American (6,9%) e Bahia Mineração (4,6%). Os minerais mais representativos dos conflitos são minério de ferro (37,2%), diamante (27,9%) e bauxita (13,9%).

Foram contabilizadas cinco reações de comunidades quilombolas em 2020, entre cartas públicas, bloqueio de via e abaixo-assinado. Uma carta pública, lançada em julho de 2020, assinada por 44 organizações, denunciou as violações de direitos praticadas pela empresa Lipari Mineração Ltda contra 12 comunidades [3]. O bloqueio de via se refere ao fechamento da estrada MG-129 (estrada que dá acesso à mina de Brucutu da Vale S.A.) por moradores da comunidade Vargem da Lua, em São Gonçalo do Rio Baixo (MG), que denunciavam a invasão dos seus territórios e o acúmulo de barro e poeira, danos ambientais e morte de nascentes causados pela mineradora [4].

O tipo de conflito predominante entre os quilombolas em 2020 foi "Terra", seguido de "Água", com 54,6% e 29,6%, respectivamente. Os tipos de violências preponderantes foram: "Danos", "Violações nas condições de existência", "Não cumprimento de procedimentos legais", "Poluição da água", "Omissão" e "Ausência da Consulta Prévia".

Outros Grupos Sociais do Campo

Pescadores e ribeirinhos compõem um grupo que aglutinou 96 conflitos, com 101 ocorrências, abrangendo 14.776 pessoas. Minas Gerais congregava 55,2% dos conflitos, com destaque para o município de Barra Longa, com 13,5% dos casos. Fizeram parte dos conflitos nove empresas e o garimpo ilegal. Somente a Samarco/Vale/BHP reuniu 62,5% dos casos. Eles se referem, especificamente, ao rompimento da barragem de Fundão, da mineradora, em 5 de novembro de 2015, e o processo de luta por direitos à reparação integral. O segundo município mais atingido é o de Sento Sé, na Bahia, que concentra 12,5% dos casos com ribeirinhos e pescadores. Todos os conflitos foram contra a empresa Tombador Iron Mineração e a implementação do Projeto Tombador na região, que tem o potencial de destruir e contaminar as nascentes essenciais para a população local e para a agricultura.

Contabilizando as categorias **"Assentados", "Camponeses de fundo de pasto", "Extrativistas", "Geraizeiros", "Pecuaristas familiares", "Pequenos proprietários rurais", "Posseiros" e "Sem-terra", temos, em 2020, a ocorrência de 156 casos de conflitos e 182 ocorrências de conflito, incluindo 38.746 pessoas.** A divisão por grupo corresponde a "Pequenos proprietários rurais" (17.154 pessoas), "Sem-terra" (7.755 pessoas), "Geraizeiros" (5.407 pessoas), "Posseiros" (3.820 pessoas), "Camponeses de fundo de pasto" (2491 pessoas), "Assentados" (1.404 pessoas), "Extrativistas" (557 pessoas) e "Pecuaristas familiares" (159 pessoas).

Esses casos estiveram, majoritariamente, presentes em Minas Gerais e Bahia, com 60,2% e 19,8%, respectivamente. Das 49 empresas registradas, as quatro mais representativas eram Vale S.A. (21,1%), Anglo American (9,6%), Mineração Curimbaba (8,7%) e Samarco/Vale/BHP (5,1%). O tipo de conflito mais representativo foi "Terra" (49,2%), seguido de "Água" (31,4%) e o tipo de violência predominante foi "Ameaça de danos" (16,4%), seguido de "Não cumprimento de procedimentos legais" (11,8%), "Danos" (9,5%) e "Omissão" (8,2%). No que se refere ao "tipo de objeto causador" do conflito, "Barragem" aparece em primeiro lugar com 37,9% dos casos, seguido por "Projeto" (31,3%) e "Mina" (16,4%).

Conflitos Urbanos

No tocante aos conflitos na área urbana, foram identificados **74 casos** [5], totalizando 93 ocorrências e 10,2% de todos os conflitos registrados. **Ao menos 104.143 pessoas estavam em conflitos urbanos com a mineração no país e sofreram violações do setor.** Eles se relacionavam a 26 empresas, sendo as cinco primeiras Vale S.A., concentrando 28,3% dos conflitos urbanos, Braskem, com 13,5%, seguida por Hydro (9,4%), Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) (6,7%) e Samarco/Vale/BHP (4,0%).

Os conflitos urbanos, em 2020, ocorreram em 38 municípios e 9 estados. **Os estados que mais reúnem conflitos são Minas Gerais, com 58,1%** dos conflitos, seguido de Alagoas (13,5%), Pará (10,8%) e Bahia (5,4%). **Enquanto os cinco municípios foram Brumadinho e Maceió, empatados na primeira posição, com 10,8%** dos casos, Barcarena (9,4%), Congonhas (6,7%) e Barão de Cocais (5,4%).

O conflito relacionado à empresa Braskem, localizado no estado de Alagoas, é representativo por ter provocado um deslocamento compulsório sem precedentes, a partir de um dos maiores conflitos ambientais urbanos do país, em que 55 mil pessoas tiveram que deixar as suas casas porque bairros inteiros foram condenados. Além das pessoas desalojadas, os moradores dos bairros afetados têm sofrido com a perda de renda frente ao desmantelamento do comércio nas regiões afetadas, à omissão da empresa que tem alongado o processo de reparação e ao impedimento de circulação devido ao impacto no trajeto do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT). Isso causou a interrupção do trecho entre as estações do Bom Parto e de Bebedouro, afetando ao menos 12 mil usuários do transporte público [6].

Tipos de Violências Sofridas

Das 48 categorias de “Tipos de violências” utilizadas para classificar as ocorrências de conflitos, as mais representativas foram “Danos”, com 17,2% dos casos, “Não cumprimento de procedimentos legais” (14,3%), “Extração ilegal” (8,0%), “Ameaça de danos” (7,4%), e “Omissão” (6,8%).

Alguns tipos de violências extremas merecem ser destacadas, como **“Trabalho escravo”, com 10 ocorrências de conflito e 144 pessoas escravizadas; “Ameaça de morte”, com 5 ocorrências; “Assassinato”, 2 ocorrências, com 3 vítimas; e “Ameaça”, “Cárcere privado” e “Violência física”, com 1 ocorrência cada. Em 2020, contabilizaram-se 27 mortes de trabalhadores do setor.**

As remoções contabilizaram 26 ocorrências, envolvendo 57.662 pessoas. Os estados que concentraram os casos de deslocamento compulsório foram Minas Gerais, com 61,5% e a remoção de ao menos 1.734 pessoas, seguido de Alagoas (30,7%), onde aproximadamente 55.000 pessoas foram deslocadas em Maceió; Pará (3,8%), com 843 pessoas removidas em Parauapebas; e Goiás (3,8%), que teve 84 pessoas removidas no município de Caiapônia. Já os municípios que mais concentraram remoções foram Maceió, com 8 ocorrências, Ouro Preto, com 6, e Barão de Cocais, com 2 ocorrências.

Os casos de “Assassinato” se referem à morte de um vigilante do Parque Estadual Intervales, em um confronto entre a Polícia Ambiental e garimpeiros em Sete Barras, São Paulo, em maio de 2020 [7]; e a duas mortes em conflito entre garimpeiros e indígenas na Terra Indígena Yanomami, no município de Alto Alegre, em junho de 2020 [8].

Os casos envolvendo “Ameaça de morte” se concentraram no estado do Pará e se referem a três casos na área de atuação da Hydro e a dois casos atrelados ao conflito entre garimpo ilegal e indígenas. Os casos na área da Hydro ocorreram na comunidade São Sebastião de Burajuba, onde a defensora de direitos humanos Maria do Socorro Costa da Silva (Socorro do Burajuba) sofre constantes ameaças por sua atuação na denúncia dos crimes socioambientais na região. O mesmo contexto é enfrentado por Maria Salistiano Cardoso, da comunidade do Bom Futuro, e em Jambuaçu, em Moju [9]. Os casos entre garimpo e indígenas estão localizados nas Terra Indígenas Munduruku e Sai Cinza. As ameaças foram reveladas em carta pública divulgada pelos indígenas [10].

No que se refere à Covid-19, foram 23 ocorrências de conflito, com a Vale S.A. em primeiro lugar e a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em segundo. Do total de ocorrências de conflitos em geral, a Covid-19 representou 4,4% dos casos, e a categoria específica “Trabalhador”, correspondeu a 16,3%.

Atuação do Poder Público

O Estado (instâncias federal, estadual e municipal) também é um ator presente no mapeamento, especialmente através de órgãos de fiscalização e de justiça. Os casos aludem a disputas legislativas, conflitos com as municipalidades e os estados e a ações de repressão ao garimpo e à mineração ilegal. **Dentre as 133 ocorrências de conflito, nas quais o Estado ocupa a posição de “categoria que sofreu a ação”, 44,3% foram em contraposição ao garimpo; 19,5%, a mineradoras; 18,7%, a mineradoras internacionais; e 15%, a mineradoras ilegais.**

Os órgãos que mais se destacaram no mapeamento foram: Ministério Público Federal (MPF), Ministério Público do Trabalho (MPT), IBAMA, ICMBio, Secretarias Estaduais do Meio Ambiente (Semas), Polícia Federal (PF), Forças Armadas e Polícia Militar (PM).

Maiores informações podem ser adquiridas a partir dos dados da plataforma do **Observatório dos Conflitos da Mineração no Brasil**.

[1] Os conflitos são compreendidos como o resultado das ações e reações às práticas e estratégias impactantes da atividade mineral, que mudam os modos de vida e degradam o meio ambiente ao longo da sua cadeia de valor (mina, transformação e infraestruturas). Para ser catalogado enquanto ocorrências na base de dados, é necessário haver reações de insatisfações que visem denunciar, impedir, punir ou contestar as transformações sociais, econômicas, espaciais e ambientais causadas pela atividade, sendo cada denúncia, reclamação e queixa uma expressão pública dos conflitos. Essas ações são contabilizadas enquanto ocorrências de um conflito em cada visibilização pública. Os conflitos são definidos, numerados e localizados a partir da relação conflitiva de dois agentes sociais fixos -“categoria que sofreu a ação (Atingido)” e “categoria que causou a ação (Violador)”-, sempre associados a uma localidade em conflito também fixa. A escala para definir um conflito é sempre a menor possível, optando-se por comunidades/bairros, quando possível.

[2] POTTER, Hyury; ANDRADE, Eduardo Goulart de. Aeronáutica explora mina de brita clandestina em Terra Indígena há uma década. **The Intercept**. 07 dez. 2020. Disponível em: <https://theintercept.com/2020/12/07/aeronautica-mina-clandestina-terra-indigena/>

[3] CPT, Comissão Pastoral da Terra. Nota de Apoio às comunidades quilombolas de Nordeste em defesa de seus territórios e modos de vida. CPT. 06 jul. 2020. Disponível em: <https://cptba.org.br/nota-de-apoio-as-comunidades-quilombolas-de-nordestina-em-defesa-de-seus-territorios-e-modos-de-vida/>

[4] SANTOS, Gabriel dos. MG: Moradores fecham estrada em protesto contra a mineradora Vale. A Nova Democracia. 26 jun. 2020. Disponível em: <https://anovademocracia.com.br/noticias/13720-mg-moradores-fecham-estrada-em-protesto-contra-a-mineradora-vale>

[5] Desses conflitos, 10 são com “População rural e urbana” e 03, com “Comerciantes”.

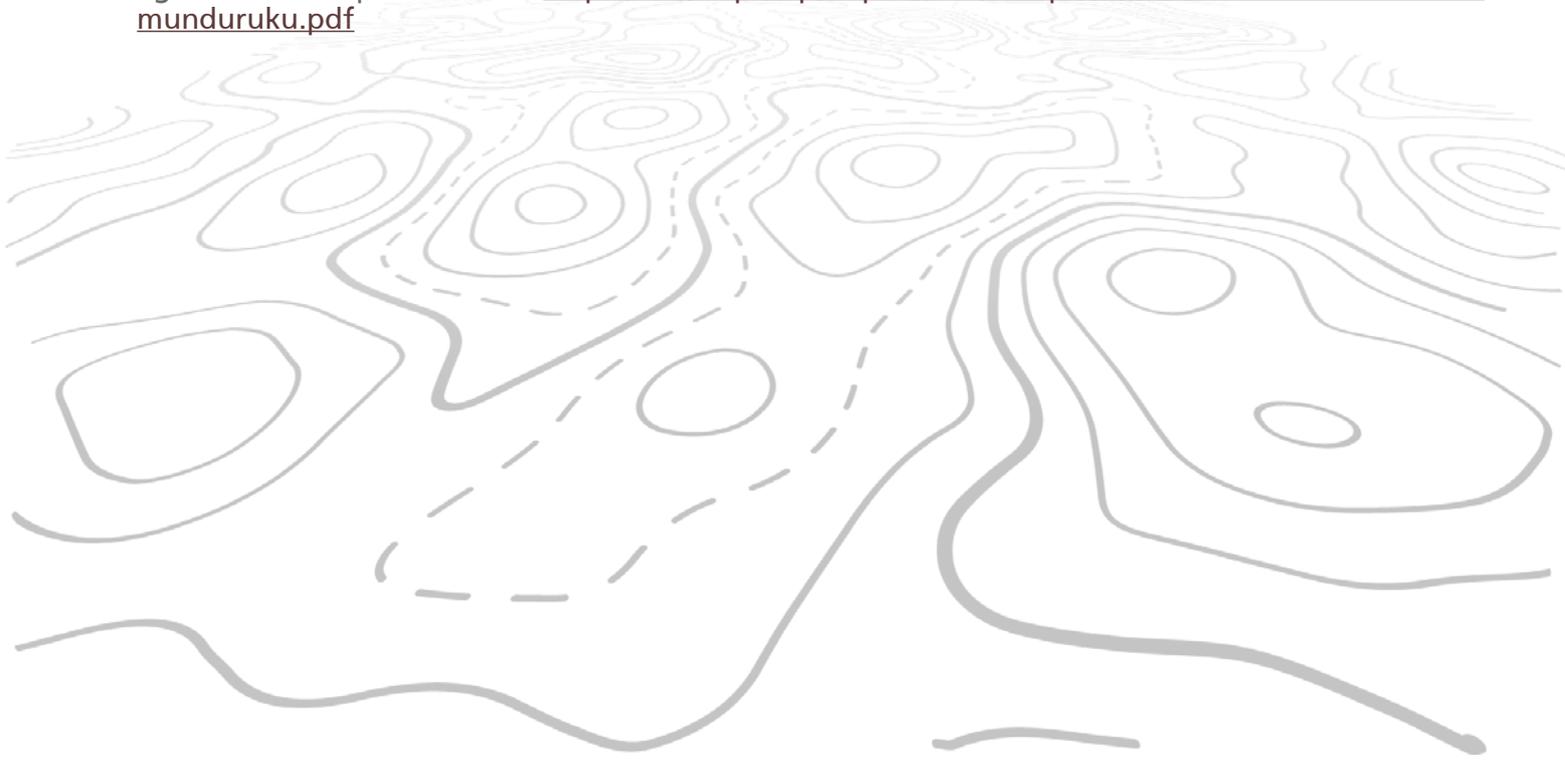
[6] CARVALHO, Regina. Mineração põe em colapso também a mobilidade urbana de Maceió. Gazeta de Alagoas. 29 ago. 2020. Disponível em: <https://d.gazetadealagoas.com.br/cidades/280966/mineracao-poe-em-colapso-tambem-a-mobilidade-urbana-de-maceio>

[7] G1. Vigilante é morto em operação para destruir garimpo ilegal em SP. O Globo. 03 mar. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2020/05/03/vigilante-e-morto-em-operacao-para-destruir-garimpo-ilegal-de-ouro-em-sp.ghtml>

[8] Folha BV. Dois indígenas morrem em conflito com garimpeiros no Alto Alegre. Folha BV. 24 jun. 2020. Disponível em: <https://folhabv.com.br/noticia/CIDADES/Interior/Dois-indigenas-morrem-em-conflito-com-garimpeiros-no-Alto-Alegre/66676>

[9] CPT, Comissão Pastoral da Terra. Conflitos no Campo Brasil 2020. CPT. 28 mar./2021. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/downloads/download/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14242-conflitos-no-campo-brasil-2020>

[10] MPF, Ministério Público Federal. Carta do Povo Munduruku da Região do rio Cururu, Anipiri, Rio Tapajós e Kajeredi para exigir o fechamento dos garimpos no Território Munduruku. MPF. 31 ago. /2020. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/documentos/2020/carta-munduruku.pdf>





**COMITÊ NACIONAL EM
DEFESA DOS TERRITÓRIOS
FRENTE À MINERAÇÃO**



**Observatório dos
Conflitos da Mineração
no Brasil**

